



PACTO FEDERATIVO



ENCONTRO COM GOVERNADORES
PALÁCIO DO CONGRESSO NACIONAL 20 DE MAIO DE 2015 - BRASÍLIA/DF

SENADO
FEDERAL



Pacto Federativo

Encontro com Governadores

Palácio do Congresso Nacional

20 de maio de 2015

Brasília, Distrito Federal

SENADO FEDERAL



Mesa do Senado Federal

Presidente: **Renan Calheiros**
Primeiro-vice-presidente: **Jorge Viana**
Segundo-vice-presidente: **Romero Jucá**
Primeiro-secretário: **Vicentinho Alves**
Segundo-secretário: **Zeze Perrella**
Terceiro-secretário: **Gladson Cameli**
Quarta-secretária: **Ângela Portela**
Suplentes de secretário: **Sérgio Petecão, João Alberto Souza,**
Elmano Férrer, Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: **Luiz Fernando Bandeira**

Diretora-geral: **Ilana Trombka**

Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Virgínia Malheiros Galvez**
Diretora-adjunta: **Edna de Souza Carvalho**
Diretora de Jornalismo: **Ester Monteiro**
Diretor da Secretaria Agência e Jornal do Senado: **Ricardo Icassatti Hermano**
Diretor-adjunto da Secretaria Agência e Jornal do Senado: **Flávio Faria**
Edição: **João Carlos Teixeira**
Diagramação: **Cássio Sales Costa**
Pesquisa de fotos: **Leonardo Sá**
Tratamento de imagens: **Afonso Celso F. A. de Oliveira**
Capa: **Tarcísio Dantas**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar: **Quésia de Farias Cunha**

Impresso pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Sumário

Apresentação: A nossa luta Renan Calheiros, presidente do Senado Federal	.6
Carta pelo fortalecimento da Federação	.10
Encontro de Governadores e autoridades do Poder Legislativo sobre Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional (íntegra dos debates)	.16
Lista de governadores, parlamentares e autoridades presentes	.46



Apresentação

A nossa luta

Em momentos de crise é importante a busca da união de esforços. Na esfera da competência do Congresso Nacional, nos colocamos à disposição para o enfrentamento dos problemas que estão impedindo que os governos estaduais realizem seus projetos de crescimento econômico e de melhoria de vida de sua população.

Em 2012 foi criada a Comissão Especial externa com a finalidade de propor soluções ao sistema federativo. Muitos foram os avanços. Acabamos com a guerra dos portos, aprovamos a convalidação dos incentivos fiscais, em tramitação na Câmara dos Deputados, e estamos prestes a deliberar sobre o projeto de resolução para reduzir as alíquotas do ICMS, que depende ainda de uma negociação sobre o fundo de compensação.

Outra medida relevante foi a troca do indexador da dívida de Estados e municípios em parâmetros menos extorsivos, que entrará em vigor em janeiro de 2016.

Também avançamos nos novos critérios para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e, muito importante, redefinimos as parcelas das receitas do petróleo, gás natural, hidrocarbonetos e fluídos. O Congresso derrubou o veto apostado pela Presidente da República e o tema está em vias de ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Após a reunião com governadores, que realizamos em 2013, avançamos em outras propostas para atenuar os problemas dos Estados. O Congresso Nacional fixou novas regras para a incidência do ICMS nas operações de venda de produtos pela internet ou por telefone, ou seja, para as compras não presenciais.

Com o novo sistema de partilha da receita ficou estabelecido que os estados de destino da mercadoria, ou serviço adquirido, terão direito a uma parte maior do ICMS se o consumidor final for pessoa física. Isso beneficia estados que não produzem, mas consomem mercadorias, como os do Nordeste.

Por sugestão do Senador José Serra, aprovamos a liberação de 70% dos recursos provenientes dos depósitos judiciais e administrativos, que poderão ser utilizados para o pagamento de precatórios, despesas da dívida, de capital ou despesas previdenciárias. Os demais 30% deverão ficar aplicados em um fundo garantidor.

Essa é uma síntese dos nossos esforços, em busca do consenso para amenizar a grave crise financeira enfrentada pelos Estados. E ao fazer essa retrospectiva, o nosso intuito é que construamos uma agenda para livrar os estados do atoleiro evidenciado pela crise econômica.

Neste encontro, de 25 de maio de 2015, contemplou temas principais a partilha dos royalties do petróleo, a substituição do indexador das dívidas dos estados e municípios, a unificação do ICMS e a criação do seu fundo de compensação, piso salarial de categorias sem garantias de recursos, participação da União na segurança pública, proibição de repasse e obrigações a estados e municípios sem a previsão do respectivo custeio, liberação para uso dos depósitos judiciais e administrativos, rediscussão da Lei Kandir, financiamento da saúde e de obras estruturantes de saneamento básico e a PEC da Irrigação, já aprovada ela Comissão de Constituição e Justiça do Senado como primeira consequência desta reunião.

Com iniciativas como estas, o Senado, a Câmara dos Deputados e os governadores assumem cada vez mais o papel de principais protagonistas das propostas e soluções para as grandes questões nacionais. Não haverá avanços se estados e União não conviverem em harmonia e sintonia. Cabe a nós trabalhar para tornar realidade as propostas trazidas pelos governadores. Se já conseguimos avançar em alguns pontos, ainda temos muito a fazer, pois o desafio que temos pela frente é imenso.

Renan Calheiros

Presidente do Congresso Nacional



PACTO
FEDERATIVO



PACTO FEDERATIVO

Carta pelo fortalecimento da Federação

Brasília, 20 de maio de 2015.

Reunidos no Palácio do Congresso Nacional em Brasília, a convite dos Presidentes do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, Governadores dos Estados e do Distrito Federal discutiram alternativas para o pacto federativo, em particular, o financiamento de setores sensíveis à população, como segurança, saúde, educação, além do desenvolvimento regional e das dívidas dos Estados.

Análise de Conjuntura

O contexto atual é de diminuição da atividade econômica e de divisão desigual dos recursos tributários, ora concentrados nas mãos da União. Paralelamente, a delegação de obrigações sem a previsão das respectivas fontes de financiamento levou Estados e Municípios a uma situação de insolvência.

Exemplo disso foram as desonerações unilaterais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que puniram os Estados e Municípios, levando a perdas bilionárias para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Diante desse quadro, o objetivo do Congresso Nacional, disse o Presidente do Senado, **Renan Calheiros**, é a união de esforços para equilibrar a Federação, buscando uma relação harmônica entre o poder central, os Estados e os Municípios.

Andamento das Propostas no Congresso Nacional

A **agenda federativa proposta em 2013** teve andamento no Senado e na Câmara. Entre as matérias da agenda, está a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), prevista no **Projeto de Resolução do Senado 1/2013**, cuja votação aguarda a constituição de um fundo de compensação antes de sua aprovação. Os Governadores do Nordeste reafirmaram que a criação do fundo é condição para o apoio ao projeto.

O Congresso já aprovou novas regras para repartição justa do ICMS sobre comércio eletrônico (**Emenda Constitucional 87**), que valerão a partir de 2016.

Outros pontos daquela agenda já equacionados pelo Congresso são a troca do indexador das dívidas de Estados e Municípios com a União por uma fórmula justa (**Lei Complementar 148/2014**). O Legislativo também foi protagonista este ano na negociação da regulação da nova legislação, que terá vigência a partir de 31 de janeiro de 2016, e a compensação dos Estados pelos pagamentos feitos a maior em 2015.

Câmara dos Deputados e Senado Federal derrubaram ainda, em março de 2013, o veto da Presidente Dilma Rousseff ao projeto que determina os critérios de **partilha dos royalties do petróleo**, para que os recursos arrecadados contemplem também Estados

e Municípios não produtores, inclusive nos contratos de exploração já em vigor. Os dispositivos da nova legislação aguardam julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Projetos em Tramitação e Sugestões Legislativas

Uso de depósitos judiciais e administrativos – Uma das prioridades listadas é a liberação do uso de até 70% dos depósitos judiciais e administrativos pelos Estados, proposta do Senador **José Serra**. O Governador do Distrito Federal, **Rodrigo Rollemberg**, defendeu que a utilização dos depósitos administrativos e judiciais liberados sirva não apenas para pagar os precatórios, como também para saldar dívidas e para investimentos.

PEC 172/2012 – O Presidente da Câmara dos Deputados, **Eduardo Cunha**, afirmou que a Casa pode aprovar ainda este semestre a **Proposta de Emenda à Constituição 172/2012**, do Deputado **Mendonça Filho**, que impede que um novo encargo seja transferido aos entes federados sem a previsão dos repasses financeiros necessários para o seu custeio, o que aconteceu repetidamente nos últimos anos. Como exemplo, foi citada a definição, por lei federal, de pisos salariais para funcionários públicos estaduais e municipais sem levar em conta a situação dos Estados e Municípios. Nesse sentido, Eduardo Cunha destacou que a **Comissão Especial do Pacto Federativo**, que tem o Deputado **Danilo Forte** como Presidente e o Deputado **André Moura** como relator, irá analisar esse e os demais itens da agenda federativa, inclusive com reuniões nos estados.

Saúde – A participação da União no **financiamento da saúde** vem caindo ano a ano. Em 2011, o Executivo Federal arcou com apenas 44% dos recursos para o financiamento do setor, enquanto que, em 2000, esse percentual era de 60%, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Estados são sempre chamados para resolver problemas, como procedimentos de alta complexidade, que são muito caros, o que extrapola o limite de investimentos determinados pela Constituição. A proposta é que haja um piso de gastos também para a União que acompanhe o crescimento dos dispêndios do setor.

Outra forma de melhorar a capacidade dos Estados de investir em saúde é permitir a eles cobrar diretamente **ressarcimentos das seguradoras e dos planos de saúde** por atendimentos dos segurados na rede pública, como sugeriu o Governador **Wellington Dias**.

Segundo o Vice-Governador do Amapá, **Papaléo Paes**, essas iniciativas são fundamentais para o combate a epidemias, como a dengue, que, como em São Paulo, assola o Amapá. O Estado registrou ainda mais de 1.500 casos de febre Chikungunya somente no Município de Oiapoque.

Segurança pública (PEC 33/2014) – Maior participação da União na segurança pública, compromisso assumido na campanha eleitoral e no discurso de posse da Presidente Dilma Rousseff, foi cobrada pelos Governadores presentes. O objetivo

é que o Executivo Federal contribua com ações e recursos para custeio. A medida é objeto da **Proposta de Emenda Constitucional 33/2014**, que consta da Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal, com parecer favorável aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A avaliação é que apenas uma política nacional, como na questão do crack, poderá atender à sociedade brasileira. Um Estado não tem condições de dar resposta a essa questão sozinho. Nesse sentido, os Governadores **Ivo Sartori** (RS), **Wellington Dias** (PI) e **Rui Costa** (BA) defenderam a constituição de um fundo nacional destinado à segurança pública.

O governador **Geraldo Alckmin** (SP), por sua vez, sugeriu que o Congresso Nacional delegasse a competência legislativa para que os estados pudessem legislar em sua jurisdição sobre a condução dos inquéritos policiais.

Previdência – O Governador do Distrito Federal, **Rodrigo Rollemberg**, apontou a necessidade de que o **Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** compense os **regimes próprios de previdência dos Estados** nas hipóteses em que o servidor do Estado ou do Município tenha tempo de contribuição pago ao INSS correspondente a atuação anterior na iniciativa privada, o que poderia ser feito pelo abatimento da dívida dos Estados com a União. Tal preocupação foi retomada pelo Governador de São Paulo, **Geraldo Alckmin**, que mencionou o Sistema de Compensação Previdenciária (Comprev) como mecanismo destinado a essa finalidade, e cujo funcionamento estaria sendo objeto de obstáculos pelo Poder Executivo Federal, que alega indisponibilidade orçamentária do INSS.

Investimentos em infraestrutura – Falando em nome da Região Sudeste, **Geraldo Alckmin** defendeu a manutenção dos **investimentos em infraestrutura e logística**, inclusive para alavancar as parcerias público-privadas e gerar emprego. Muitos dos projetos já passaram inclusive pelo crivo do **programa de ajuste fiscal**. Da mesma forma, os Governadores do Nordeste pediram que o ajuste fiscal não sacrifique obras em curso no semiárido.

Em nome dos Estados da Região Sul, o Governador do Rio Grande do Sul, **José Ivo Sartori**, disse que os governos estaduais precisam da ajuda da União para retomar os investimentos.

O Governador de Goiás, **Marconi Perillo**, apoiou o ajuste fiscal, mas advertiu que os Estados e Municípios não podem arcar com a conta sozinhos. Ele citou como exemplo o Fundo Penitenciário Nacional, que não tem investimentos assegurados para cumprir suas finalidades, mas para garantir superávit primário.

Lei Kandir (compensação às exportações) – O Governador do Rio Grande do Sul, **José Ivo Sartori** cobrou que os recursos da Lei Kandir e do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) cheguem efetivamente aos Estados exportadores. Nesse ponto, teve o apoio dos **Governadores de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, e do Pará, Simão Jatene**, que, ao falar pela Região Norte, pediu a efetivação da compensação aos Estados pela desoneração das exportações. Para que isso aconteça, o **Governador de Goiás, Marconi Perillo**, sugeriu alterações na **Lei**

Kandir (Lei Complementar nº 87, de 1996), compensando efetivamente o resultado da desoneração.

Outras propostas – O Governador do Distrito Federal, **Rodrigo Rollemberg**, em nome da região Centro-Oeste, defendeu que a alíquota do Pasep nas relações entre União e Estados seja reduzida a 0%, de acordo com o **Projeto de Resolução do Senado 86/2013**, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Governador do Rio Grande do Sul, **José Ivo Sartori**, criticou mudanças em curso no Simples Nacional, que também comprometeriam gravemente a capacidade de investimento dos Estados.

O Governador do Piauí, **Wellington Dias**, pediu a aprovação da PEC da Irrigação (**PEC 78/2013**), que ganhou parecer favorável da CCJ no momento em que a reunião dos Governadores acontecia.

Ele defendeu ainda o **Projeto de Resolução do Senado 15/2015**, que permite que Estados e Municípios que tiveram perda de arrecadação com a exploração de petróleo e gás natural possam tomar empréstimos como antecipação de receitas sem se sujeitarem aos limites de endividamento da Resolução 43/2011, do Senado.

Representando os governantes de Estados do Nordeste do país, o Governador da Paraíba, **Ricardo Coutinho**, sugeriu que seja adotada uma fórmula que melhore a repartição de recursos para que, em um prazo de dez anos, novos tributos, além do Imposto de Renda e do IPI, entrem na partilha entre União, Estados e Municípios. Também criticou a postura da União em negar-se a dar **aval para empréstimos** internacionais mesmo para os Estados que estejam em boa situação financeira. Entende que essa conduta é a própria negação da Federação.

O Governador de Mato Grosso, Pedro Taques, defendeu uma pauta mínima comum para que Câmara dos Deputados e Senado dediquem um mês apenas aos assuntos federativos. E lamentou que, apesar de ser fácil listar projetos que precisam ser votados, falte vontade política para a aprovação deles. As reivindicações são as mesmas que em 2013. O que existe é uma hipertrofia da União em relação aos Estados.

O Governador do Acre, **Tião Viana**, destacou que muitos Estados têm política sólida de desenvolvimento, inclusive com preservação de recursos naturais. Para financiar tais iniciativas, pediu um fundo de investimento parceiro das políticas estaduais de investimentos.

Ao término da reunião, o Presidente do Senado, **Renan Calheiros**, designou os Senadores **José Serra** e **Romero Jucá** para detalhar o que foi discutido na reunião e informou que visitará o Presidente da Câmara dos Deputados para elaborar agenda que priorize as propostas que sejam votadas pelas duas Casas. Uma comissão especial permanente, que terá o Senador **Walter Pinheiro** como Presidente, a Senadora **Simone Tebet** como Vice-Presidente e o Senador **Fernando Bezerra Coelho** como relator, vai identificar as distorções do pacto federativo, levantar e sistematizar os projetos em tramitação e eventualmente apresentar as proposições legislativas que se façam necessárias.



Encontro de Governadores e autoridades do Poder Legislativo sobre Pacto Federativo e Desenvolvimento Regional

O encontro tem o objetivo de tratar da reorganização da Agenda Federativa, buscar caminhos para solucionar a situação financeira dos Estados e identificar os principais temas de interesse das Unidades da Federação.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros

– Excelentíssimos senhores Governadores, excelentíssima senhora Governadora, Excelentíssimos senhores Senadores, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara dos Deputados, todos os Deputados presentes.

Quero agradecer aos Governadores que aceitaram o convite do Legislativo em meu nome e em nome do Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Sabemos o quanto é difícil separar, nas suas agendas trabalhosas, uma oportunidade para uma reunião. Mas esta reunião é muito importante para que possamos, neste momento de dificuldade, de crise, buscar a união de esforços para equilibrar a Federação.

O Congresso Nacional abre as suas portas para ouvir a demanda dos Governadores. Vamos aproveitar a oportunidade para dar fazer uma prestação de contas. Mas a reunião se faz, sobretudo, para que possamos ouvir os Governadores e, com eles, construir uma agenda positiva para garantir o equilíbrio da Federação e para que as relações do Poder central com os Estados federados sejam mais harmônicas e mais equilibradas.

Estamos conscientes de que um dos principais empecilhos é a demora que o Governo central com relação aos repasses para os Estados. E estamos pondo em prática uma agenda que foi discutida com os Governadores nesta Casa, numa outra reunião que tivemos oportunidade de fazer, em março de 2013.

Aqui no Senado, o Presidente José Sarney, em 2012, designou uma comissão externa de especialistas para propor soluções aos assuntos federativos.

Adiantamos bastante essa agenda. Primeiro, acabamos com a guerra do ICMS dos portos. Depois, avançamos para a unificação das alíquotas do ICMS. Chegamos a aprovar o projeto da Senadora Lúcia Vânia que convalida os investimentos realizados nos Estados em favor dos desenvolvimentos locais. Agora aguardamos, com o Governo central, com o Ministério da Fazenda, uma solução para o Fundo de Compensação, para que possamos concluir, no Senado Federal, a apreciação do Projeto de Resolução nº 1 de 2013.

Aprovamos as fontes de recursos para o Fundo de Participação dos Estados, de acordo com demanda do Supremo Tribunal Federal. Esse foi um dos primeiros compromissos que assumimos em nome do Legislativo.

Depois, aprovamos, tanto na Câmara, quanto no Senado, a troca do indexador da dívida dos Estados e Municípios, substituindo o escorchantes IGP-DI mais 6% a 9% de juros por um indexador que permita aos Estados e Municípios pagar uma taxa de juros justa para suas dívidas com a União. Em uma iniciativa política corajosa e respeitável da Câmara dos Deputados, emendada pelo Senado Federal, regulamentamos a lei para que, a partir de 31 de janeiro, seja feita a troca definitiva do indexador. Até lá, os Estados pagarão para mais, mas terão essa diferença, devolvida para os seus Tesouros estaduais a partir de 31 de janeiro de 2016.

Depois, por sugestão do Senador José Serra, aprovamos, no Senado Federal, a utilização de 70% dos depósitos judiciais e administrativos. Essa matéria se encontra em tramitação conclusiva na Câmara dos Deputados e se constitui em um esforço para que possamos dotar os Estados de recursos que, embora vinculados, servirão para reparar esse momento de dificuldade, de crise.

Depois também votamos um item importante para o equilíbrio federativo, que é a partilha dos impostos do comércio eletrônico. Essa matéria foi aprovada no Senado e modificada na Câmara. A partir de janeiro de 2016, teremos a partilha de 20% dos impostos desse importantíssimo comércio, que é, sem dúvida nenhuma, um dos que mais se desenvolve no nosso País.

Queremos ouvi-los para que possamos definir passos para que essa agenda de interesse da Federação possa ser levada adiante.

Vamos conceder a palavra, ao Presidente da Câmara dos Deputados. Depois, vamos ouvir os Governadores. Chamaremos um representante de cada Região, para que possa trazer suas considerações e sugestões. Se outros governadores desejarem falar na sequência, estamos aqui para ouvi-los, para que, a partir de hoje, possamos construir essa agenda positiva.

Com a palavra o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha

– Senhor Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, senhores Governadores, senhoras e senhores Senadores, senhoras e senhores Deputados. Este é um excelente momento que temos para fazer um bom debate sobre um tema relevante.

Neste curto período desde que iniciamos esta Legislatura, começamos a discussão, com a criação da Comissão Especial do Pacto Federativo na Câmara dos Deputados. A Comissão, presidida pelo Deputado Danilo Forte e

relatada pelo Deputado André Moura, tem percorrido o Brasil e, como parte do projeto Câmara Itinerante, tem feito debates nos Estados, sobre o tema do Pacto Federativo.

Quando estivemos em Cuiabá recentemente, o Governador Pedro Taques sugeriu esta reunião conjunta, porque, muitas vezes, a troca de impressões ou de sugestões precisa ser compartilhada com todos, porque às vezes o problema de um aflige o outro e não se sabe qual é o problema que está afligindo cada um.

Estamos vivendo um processo em que os Estados e Municípios vêm perdendo a sua capacidade de se sustentarem. A ideia do debate à Comissão Especial do Pacto Federativo visa não a discussão do Pacto Federativo, do ponto de vista político, geral, mas única e exclusivamente sob a ótica de que não podemos dar obrigações sem as respectivas fontes de financiamento e de sustentação.

Queremos definir não apenas as obrigações de cada ente federado, mas também as condições para financiar essas obrigações. Não podemos, por exemplo, corrigir o piso salarial de qualquer categoria, sem que os entes federados tenham recursos para poder fazer frente a esse encargo. Este é o principal ponto para estancar a sangria feita ao longo dos anos, que está levando – ou levou – parte deles à insolvência.

Esse processo tem várias variáveis. Uma delas, sugestão da Frente de Prefeitos, é a votação da PEC 172/2012, de autoria do Deputado Mendonça Filho, que proíbe a transferência de encargos para Estados e Municípios sem os recursos correspondentes. A PEC, já admitida na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, está na Comissão Especial e pretendemos levá-la a Plenário ainda no primeiro semestre deste ano. Esta talvez seja a norma principal para nortear o processo, daqui para frente.

A Câmara, em conjunto com o Senado, vem tentando articular o que vamos levar à votação nas duas Casas. Não vamos deixar que esse estado de insolvência de Estados e Municípios continue. Quando falamos em conter ou reparar esse estado de insolvência, sabemos que podemos ter problemas com o ente federado principal, a União. Temos de ter cautela também de não impedir ou tirar a condição da União de sobreviver. Precisamos de cautela, mas com soluções claras, nítidas e com prazo razoável.

Já aprovamos a repartição do ICMS sobre o comércio eletrônico, que entrará em vigor em 2016. Já regulamentamos a legislação sobre a correção das dívidas de Estados e Municípios junto à União, cuja iniciativa foi da Câmara dos Deputados, com a definição de um prazo determinado. Inicialmente a Câmara aprovou o prazo de 30 dias para que a União assinasse os contratos de refinanciamento com Estados e Municípios, o que foi alterado pelo Senado, dando prazo até janeiro de 2016, mas retroagindo os efeitos financeiros a este ano, colocando à disposição a possibilidade de utilização dos depósitos judiciais. O projeto voltou à Câmara dos Deputados e só não foi para o Plenário ainda porque a pauta se encontra trancada, por conta das medidas provisórias e dos projetos de urgência constitucional que tratam do ajuste fiscal. Assim

que concluído esse processo, será o primeiro item da pauta a ser apreciado. A tendência da Câmara é manter o que o Senado fez, salvo uma correção pedida pelo próprio Senado para adequação de texto.

Além disso, estamos com uma série de projetos pedidos por vários entes federados, pela frente de Municípios e também pelos Governadores, que tratam desse tema. Existe uma parte que não é só financeira, como as medidas para o combate à violência, solicitadas pelo Governo de São Paulo. A Câmara inclusive já aprovou um projeto de combate à violência e várias propostas que enviou para o Senado Federal.

Vejo que essa oportunidade tem um sentido duplo. Não vamos apenas ouvir os Governadores levando em conta a sua importância política como chefes dos entes federados, mas, ao mesmo tempo, vamos mostrar e sinalizar que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados vão atuar em conjunto, para que possamos dar uma solução definitiva. Não há e não haverá competição em temas dessa relevância, que tratem daquilo que é mais importante para os entes federados, sejam eles Estados ou Municípios, para a manutenção da estabilidade econômica e a capacidade dos entes de honrar as suas obrigações.

Sejam muito bem-vindos a este encontro! Estamos à disposição para o debate, em nome da Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros – Muito obrigado, Presidente Eduardo Cunha.

Por sugestão do Governador Marconi Perillo, talvez o mais interessante do ponto de vista da produtividade do encontro e da própria reunião seja darmos a palavra a todos os Governadores, para que participem profundamente deste encontro pelo Pacto Federativo.

Acrescendo à lista citada pelo Deputado Eduardo Cunha, o primeiro grande desafio que tivemos, foi a aprovação dos critérios de partilha dos royalties do petróleo, do gás e dos hidrocarbonetos. Houve um veto da Presidente da República e o Congresso Nacional, as duas Casas, derrubamos o veto. A matéria ainda se encontra para decisão do Supremo Tribunal Federal.

Outro assunto que desde logo nos irmana é a necessidade de cobrarmos do Governo central o cumprimento dos compromissos com relação às responsabilidades da União na segurança pública. Esse foi um compromisso assumido na campanha eleitoral, reafirmado por ocasião da posse da Presidente da República no Congresso Nacional. Esta é, sem dúvida, uma grande oportunidade para que a gente possa cobrar o compromisso da Presidente da República, no sentido que, rapidamente, sejam divididas com o Governo central responsabilidades da segurança pública que hoje cabem somente aos Estados federados.

Concedo a palavra ao Governador do Acre, Governador Tião Viana.



Governador Tião Viana (Acre)

– Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, Senhoras e Senhores Senadores, caros colegas Governadores e Governadoras, Deputados Federais. A mensagem que trago do povo acreano é breve. Primeiro de agradecimento ao Congresso Nacional, em especial ao Senado Federal, pela agenda de compromissos que tem assumido com a Federação. Presidente Renan, esta é a Casa dos Estados e ela assim tem procedido.

Somos herdeiros de uma política de Estado no Brasil que vem desde a Constituição federal de 1967 que disse ‘sim’ à força do Estado e sequestrou recursos da Federação para a

União, tornando-a quase imperial. E isso persistiu até a Carta de 1988 que disse, mais uma vez: passemos as contas à Federação e deixemos os recursos na mão da União.

Somos herdeiros dessa crise, que faz com que cada Estado caminhe, cada vez mais, para a beira do abismo, sendo insolúvel a perspectiva de superação econômico-financeira.

Cabe ao Parlamento dialogar com a União, para proceder a uma descentralização dos recursos. Medidas legislativas como o uso dos depósitos judiciais e extra-judiciais, entre outras, são estruturantes para os Estados.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi outra medida estruturante que rompeu com a colcha de retalhos, de emendas até então discutidas e partilhadas sem critérios estruturantes para a política de desenvolvimento. Isso foi superado pelo PAC, que hoje está numa fase de transição, de ajuste.

Deixo clara a absoluta aliança com a Presidente da República. Sou companheiro na alegria e na tristeza, na dificuldade, no momento de avanço e de leveza política. Mas hoje temos um PAC restrito, contido, que retém muito das necessidades de desenvolvimento para as regiões.

Temos Estados que têm políticas sólidas de desenvolvimento. O Acre tem uma política de desenvolvimento sustentável, que alia a preservação dos recursos naturais ao crescimento econômico. O Estado tem capacidade de endividamento, mas, infelizmente, as normas são retas e plenas, e dificultam iniciativas daqueles que teriam capacidade de crédito. Passamos a ter que pagar contas dos Estados que estão sem capacidade de pagamento de suas dívidas e de aumentar crédito. Pagamos um preço muito alto por isso.

Então, venho na confiança de encontrar saídas imediatas. Há uma retração das transferências constitucionais pelos Fundos de Participação. Os Estados têm perdido muito e temos que achar uma saída compensatória.

Estou apresentando uma saída compensatória ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, ao Ministro da Fazenda, Joaquim Levy e ao Ministro do

Planejamento, Nelson Barbosa: que os fundos de investimento se tornem parceiros do desenvolvimento regional e estadual em políticas adequadas dos Estados.

Desejo pleno êxito. Muito obrigado ao Senado e à Câmara pela sensibilidade com a Federação.



Governador Flávio Dino (Maranhão)

– Gostaria de propor que voltássemos à dinâmica originariamente proposta por Vossa Excelência, Presidente Renan, ou seja, que ouvíssemos um Governador por região para que seja feita uma sistematização, uma síntese. Em seguida, outros Governadores poderiam falar. Mas a nossa preocupação é tirar daqui uma agenda prática, concreta, factível, de quatro ou cinco pontos.

Presidente do Senado Renan Calheiros – Acatamos a sugestão levantada pelo Governador Flávio Dino e vamos chamar, pelo Nordeste, o Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho.

Governador Ricardo Coutinho (Paraíba)

– Senhor Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, Senhor Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, Senadores e Senadoras; Deputados e Deputadas, meus queridos colegas Governadores e Governadora do Brasil. Quero, antes de mais nada, destacar a importância desta reunião.

Em 2013, tive a oportunidade de participar, como Governador, de outra reunião como essa. Entre os pontos pautados, estava a transferência de tributação do comércio eletrônico, que, efetivamente, foi aprovada pelo Congresso e já entra em execução no próximo ano.

Alertado pelos meus colegas da Região Nordeste, gostaria de pautar em primeiro lugar uma questão fundamental. Esta reunião busca constituir uma Federação de fato no Brasil. Temos uma Federação de direito, mas não temos uma Federação de fato.

Existe uma concentração perversa de receitas no País, que não começou hoje, nem ontem. Isso vem de muito tempo. A receita obtida pela União com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados e compartilhada com os Estados, principalmente através do Fundo de Participação dos Estados, vem caindo progressivamente. Em 1985, ela era responsável por 80% de toda a arrecadação nacional, excluída a arrecadação previdenciária. As demais receitas, as contribuições principalmente, respondiam por apenas 20%. Em 2014, as demais receitas,



principalmente as contribuições, já respondiam por 55% do total arrecadado e o Imposto de Renda e o IPI, por apenas 45%.

É uma demonstração muito clara da concentração de receitas na esfera da União. Temos consciência de que não é possível mudar isso com uma única canetada. Por isso, a nossa proposta é que o Congresso Nacional trabalhe ao lado do Executivo para que, num prazo de dez anos, por exemplo, receitas de outros tributos e contribuições entrem na partilha das receitas. Começaria, a partir de agora, mas haveria um prazo para que a União possa se adequar, porque não se pode desfalar, de uma hora para outra, a União de um montante considerável de receitas.

A outra questão que é fundamental é a impossibilidade de um Estado, mesmo com capacidade de endividamento, de contrair empréstimos sem a autorização do Executivo Federal. Isso é a negação da Federação. Se é uma Federação, os entes precisam ser respeitados no seu direito de endividamento, dentro das condições que a lei dispõe para obter recursos, seja de fontes internas ou externas. No Brasil, mesmo que o seu Estado esteja equilibrado, com capacidade de endividamento, só pode obter crédito se tiver autorização do Governo central. Na nossa avaliação, isso é a negação do princípio federativo da autonomia dos Estados.

Concordamos ainda com a PEC nº 172/2012, que modifica o art. 160 da Constituição de 1988, para dar nova redação ao §2º, de forma que “a lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos Estados, Distrito Federal ou aos Municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio”.

Ao longo dos anos vimos acontecer, constantemente, a transferência de encargos para Estados e Municípios sem a previsão das fontes de recursos. Para termos uma ideia, a perda de receita com a desoneração de IPI, de 2008 a 2012, R\$ 77 bilhões deixaram de ser repassados a Estados e Municípios. A Paraíba, um Estado pequeno, carente, perdeu R\$2 bilhões desses R\$77 bilhões. É praticamente impossível pensar que uma medida unilateral possa punir os Estados da Federação de forma tão verticalizada.

Sobre o ICMS, os Governadores do Nordeste concordam com o nivelamento das alíquotas desde que haja um fundo de desenvolvimento regional com recursos definidos. Não se pode simplesmente retirar mecanismos tributários e suas fontes de uma Região que, de 2002 a 2010, cresceu em média 26% acima do crescimento nacional. Com esse ritmo de crescimento ainda demoraríamos 37 anos para que o Nordeste alcançasse a o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) da Região Sul! É muito tempo para uma Região que responde por 30% da população e apenas 13,8% do PIB.

Para a Região Nordeste, para o norte de Minas Gerais e para uma parte do Espírito Santo, antes de fazer o nivelamento do ICMS, é preciso que tenhamos definido outro instrumento para atração de empresas para que essa Região continue a crescer acima, inclusive, do que o País cresce, não por deleite, mas pensando no País inteiro.

Os Governadores do Nordeste também demandam que não pode haver paralisação de obras do PAC, especialmente obras hídricas na Região do Semiárido. O Nordeste sofre há quatro anos a pior estiagem do último século. São várias as obras em curso.

É essencial compreender que essas obras darão um diferencial importantíssimo para que a Região do Semiárido possa se constituir não em problema, mas em solução para o país.

Há muita coisa sendo feita, mas é importante que um ajuste fiscal não possa paralisar tantas e tantas obras fundamentais para 80% do território da Região.

Com relação aos depósitos judiciais e extrajudiciais, matéria já apreciada no Senado, os Governadores do Nordeste reivindicam que, dentro da responsabilidade de cada governante, os recursos possam ser utilizados pelos Estados, porque são dinheiro necessário e que lhes pertence. E, se porventura a Justiça entender de forma diferente algum caso, caberá aos Estados repor o dinheiro. Mas a utilização dos depósitos, tanto judiciais, como extrajudiciais, é fundamental.

Em 1988, época que essas duas Casas discutiam a Constituição da República, a União era responsável por 88% do financiamento da saúde pública. Hoje, o percentual não chega a 47%. Essa é uma conta que não fecha, mas tem que fechar porque, a cada momento, os Estados são instados a resolver problemas. E, hoje em dia, não são apenas os problemas da parasitose ou da anemia, mas dos procedimentos de alta complexidade. Hoje, a longevidade é maior, a população brasileira envelheceu e já hoje não morre mais de verminose. Cada vez mais, requer procedimentos de alta complexidade, que são caros. Mas, com a paralisação dos investimentos da União ao longo de tantos anos – o que não se refere a um governo apenas –, desenvolveu-se um quadro em que Estados e Municípios têm que ultrapassar muito o limite ordenado pela Constituição. O problema é que não há um piso para a União. Esse piso teria que ser crescente para acompanhar o nível de investimento.

Se hoje algum Estado, como a Paraíba, tem leitos disponíveis para atendimento, o Estado não tem como habilitá-los perante o Ministério da Saúde, porque a habilitação está fechada. Temos mais de 1.200 leitos atendendo, bancados exclusivamente por recursos próprios do Tesouro do Estado.

Para finalizar, a questão da segurança pública. Não existem perspectivas para um país onde morrem, como se diz popularmente de “morte matada”, 45 mil pessoas ao ano. Não há conflito no mundo que esteja matando uma quantidade tão grande de pessoas como essa!

Nesse contexto, temos o crack, para o qual não conseguimos, ainda, implementar uma política nacional. Não há saída para a segurança pública que não seja uma política nacional. Não adianta Pernambuco, que tem uma grande política pública na área de segurança, ou São Paulo, que tem baixos índices, ou qualquer um achar que um Estado sozinho vai poder resolver isso, porque não vai.

É fundamental que a União tenha um instrumento, que, na minha concepção, precisaria estar no mesmo nível dos ministérios. Uma Secretaria Nacional de Segurança Pública, por mais importante e competente que seja a sua titular, a doutora Regina Miki, não tem estatura para dialogar com o restante do Governo e formular políticas transversais. Não cabe à União colocar o policial na rua, mas cabe à União criar um

piso, um nivelamento das ações na área de segurança pública para que a gente possa reverter indicadores que são comprometedores.

Falo isso à vontade porque, em 2014, apenas quatro Estados reduziram o número de homicídios em relação ao ano anterior. A Paraíba foi um deles: em três anos diminui os índices. Mas, no Nordeste, talvez pelo desenvolvimento dos últimos dez anos, percebe-se, claramente, um crescimento vertiginoso do número de homicídios, principalmente.

Um Pacto Federativo precisa incluir a questão da segurança pública, em que a União esteja presente, formulando uma política nacional única e dando as condições para um padrão mínimo e igualitário para todos os Estados.

Agradeço aos colegas Governadores do Nordeste pela oportunidade. Muito obrigado.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Governador Rodrigo Rollemberg (Distrito Federal)

– Prezado Presidente, Senador Renan Calheiros, prezado Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, prezados amigos Governadores, amigas Governadoras, prezados amigos Senadores, Senadoras, Deputados, imprensa presente. Vou ser breve para dar oportunidade para os outros Governadores do Centro-Oeste se manifestarem.

Estive no Congresso no início da Legislatura, conversando com o Presidente da Câmara e com o Presidente do Senado sobre a regulamentação do comércio eletrônico. A nova Emenda Constitucional (nº 87) é muito importante para os Estados.

É muito importante dar efetividade ao que for tratado nesta reunião para melhorar a saúde financeira dos Estados para que possam cumprir seus compromissos com os servidores públicos, melhorar a qualidade dos serviços públicos e recuperar a capacidade de investimento. É isso que a população espera de nós.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir atenção especial ao Presidente da Câmara dos Deputados, para a apreciação do projeto de lei PLP nº 54, de 2015, já aprovado no Senado Federal, que convalida benefícios fiscais e permite aos Estados adotarem as mesmas alíquotas. Esse projeto é muito importante para melhorar a saúde e a competitividade dos Estados.

Também venho defender a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição de autoria do Deputado Mendonça Filho (PEC 172/2012), que impede a criação de despesas para os Estados sem indicar os recursos necessários para isso. Devemos evitar qualquer aumento de despesas ou qualquer redução de receita para os Estados.

Quero retomar uma agenda trazida pelos Governadores na reunião de 2013, da qual participei na condição de Senador: a redução da alíquota do Pasep nas transações entre a União e Estados para 0%.

A partir daquela reunião, o Senador Aloysio Nunes apresentou um projeto (PLS nº 86/2013). Pela conversa que tive com vários Governadores, tenho convicção de que se trata de medida de extrema importância.

Outro pleito diz respeito ao pagamento dos créditos previdenciários, a compensação previdenciária a que os Estados têm direito. Sugerimos a apresentação de um projeto de lei para que a União possa compensar esses créditos previdenciários da dívida dos Estados e do Distrito Federal.

Por fim, quero cumprimentar o Senador José Serra pela apresentação da proposta que permite a utilização dos depósitos administrativos e os depósitos judiciais em até 70% pelos Governos dos Estados. Alerto para uma pequena correção na redação da proposta, porque da forma como está, esses depósitos servirão apenas para pagamento de precatórios. Seria importante que o pagamento de dívidas e investimentos fossem contemplados.

Quero parabenizar o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara dos Deputados pela iniciativa, importante para recuperar o equilíbrio financeiro e a capacidade de investimentos dos Estados, e para que o Brasil possa voltar a crescer, distribuindo renda e melhorando a qualidade de vida da nossa gente. Muito obrigado.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Governador Geraldo Alckmin (São Paulo)

– Cumprimento o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; da Câmara, Deputado Eduardo Cunha; senhores Senadores e Deputados; colegas Governadores e Governadoras; amigas e amigos.

Agradeço aos Governadores do Sudeste – Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro – pela oportunidade e trazer aqui cinco propostas.

A primeira não tem custo financeiro, é matéria legislativa. O art. 22, parágrafo único, da Constituição Federal estabelece a possibilidade de o Congresso Nacional delegar competência de matéria legislativa aos Estados. Temos a possibilidade de delegar aos Estados a competência de

legislar em matéria pré-processual, ou seja, sobre a condução de inquéritos policiais. Assim, ganharíamos tempo, agilidade e economizaríamos dinheiro. Por exemplo: hoje, para ouvir uma testemunha, às vezes chega a levar um ano e meio. A delegação aos Estados está dentro do princípio da descentralização.

A segunda proposta, já muito bem abordada pelo Governador Ricardo Coutinho, diz respeito aos financiamentos. Neste momento de crise, de economia esfriando, temos duas possibilidades de avançar rapidamente. Uma delas é por meio da infraestrutura

e logística. Para alavancar as Parcerias Público-Privadas (PPPs) precisamos de contraprestação, ou seja, de financiamentos. E os projetos de infraestrutura e logística, que geram muito emprego, reduzem o custo Brasil e melhoram a produtividade. Porém, temos projetos já aprovados pelo Programa de Ajuste Fiscal (PAF), mas que não são liberados.

Terceiro: como abordou o Governador Rodrigo Rollemberg, o Sistema de Compensação Previdenciária (Comprv). A Constituição estabeleceu a reciprocidade, em que se conta o tempo privado no setor público e o tempo do setor público na área privada para aposentadoria. Muitos funcionários que entram no governo vêm da iniciativa privada e vão se aposentar pelo Estado. Utilizando o mecanismo, muitos servidores do Estado de São Paulo levaram o seu tempo de contribuição ao Instituto Nacional do Serviço Social (INSS), no setor privado, para o serviço público. São R\$ 200 milhões em créditos junto ao INSS já reconhecidos e R\$ 800 milhões a reconhecer. O Distrito Federal deve ter de R\$ 600 milhões a R\$ 800 milhões. São recursos que devem ser transferidos aos Estados. Esses recursos poderiam ser usados para compensar a dívida junto à União. Enfim, deve-se, achar uma maneira de utilização dos recursos do Compreve pelos Estados.

Quarto ponto: temos duas propostas para o financiamento da saúde. Uma é a revisão do teto de financiamento da saúde pelos Estados. Hoje, quanto mais se atende a saúde, mais se estoura o teto. Além de a tabela de pagamento do Sistema Único de Saúde (SUS) ser insuficiente, o estado acaba bancando 100% do valor do atendimento.

A outra proposta é permitir que os Estados cobrem ressarcimentos das seguradoras de saúde. Em casos por vezes complexos, a pessoa que tem seguro-saúde, muitas vezes é atendida pelo SUS. Está previsto que o setor público pode pedir o ressarcimento do valor, mas só quem pode cobrar é o Ministério da Saúde. Queremos que os Estados possam fazer a cobrança e ficar com o recurso. Seremos mais eficientes nesse trabalho. É justo que o recurso fique para quem efetivamente atende. Se quem atendeu foi a prefeitura, o recurso fica para a prefeitura. Se quem atendeu foi o Estado, fica para o Estado. É só mudar a sistemática de cobrança; a proposta não envolve dinheiro público.

Quinto, ainda na área de saúde: o saneamento. Não há tributo municipal nem estadual sobre saneamento, mas há tributo federal, que é o PIS/Cofins. Há uma proposta do Senador José Serra, pela qual o recurso arrecadado pela União sobre saneamento possa ser utilizado para investimento.

Por fim, o sexto ponto é a segurança pública, que precisa ter um fundo e participação mais efetiva do Governo Central. É nítida hoje a dificuldade de financiamento, especialmente na área de saúde e de segurança pública. Muito obrigado.



Governador José Ivo Sartori (Rio Grande do Sul)

– Senhor Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha; senhora Governadora; senhores Governadores; senhores Senadores; senhores Deputados Federais. Falo também em nome do Governador Raimundo Colombo, de Santa Catarina, do Governador Beto Richa, do Paraná, e do Governador Reinaldo Azambuja, de Mato Grosso do Sul.

Quero saudar a iniciativa deste encontro, muito positiva para que se comece, a discutir um Pacto Federativo para o País. Conhecemos a realidade nacional e sabemos das dificuldades dos Municípios. A Federação é uma unidade da qual Estados fazem parte. O Estado é uma unidade federativa. E só se cuida do todo cuidando das partes.

A situação de muitos Estados é de emergência, como é caso do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul. Entendemos a situação do País. Também estamos fazendo nossos ajustes, mas precisamos da ajuda da União.

Acreditamos que o tema central para os Estados é a questão da dívida pública, que tem que passar para um patamar percentual menor. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, temos comprometimento de 13% da receita corrente líquida. Se houvesse um comprometimento negociado de 9%, teríamos condições melhores de investimento.

Também somos a favor de um fundo de recursos para a segurança pública, para que haja maior comprometimento da União, para que possamos modificar, pelo menos, a política penitenciária do País.

Apoiamos uma transformação no financiamento da saúde, não apenas para os Estados, mas também para os Municípios, cuja participação no financiamento da saúde também cresceu fortemente.

Para os Estados exportadores, outra questão fundamental é a mudança da Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996) e do Fundo de Exportações (FEX), para que os recursos cheguem aos Estados.

Também é preciso chamar a atenção para a discussão de mudanças do Simples Nacional que está em curso e pode retirar toda e qualquer possibilidade de os Estados fazerem investimentos. É uma reforma tributária ao contrário, que liquidaria com as finanças estaduais.

Os pisos salariais definidos em lei federal exigem reflexão. Essas definições não podem impedir que o Estado funcione e cumpra o seu papel, prestando um bom serviço público. Isso não será possível da maneira que está sendo feita hoje em dia, com os vários pisos nacionais estabelecidos para muitas categorias. Ninguém é contra os funcionários ganharem melhor para prestar um bom serviço, mas, de uma

maneira desavisada, sem comprometimento dos Municípios e dos Estados, isso gera preocupações profundas.

Somos a favor também da desoneração do Pasep, o que representaria, para o Rio Grande do Sul, em torno de R\$90 milhões. Todos os Estados devem ter a possibilidade de terem esses recursos.

Os Estados do Sul, apesar de alguma discordância do Governo do Paraná, são a favor da unificação das alíquotas do ICMS, da forma como está sendo proposta no Senado. Mesmo perdendo inicialmente, o Rio Grande do Sul é parceiro nessa caminhada.

Gostaria de pedir atenção com relação a projetos em tramitação, tanto no Senado quanto na Câmara, que, se aprovados, podem retirar até R\$100 bilhões dos Estados. Vamos passar aos Presidentes do Senado e da Câmara um resumo dos projetos. Não somos contrários às iniciativas de Deputados e Senadores de apresentem seus projetos, mas não se podem penalizar as finanças estaduais. Muito obrigado.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO



Governador Simão Jatene (Pará)

– Bom dia a todos, amigas e amigos. Quero cumprimentar o Presidente do Senado, Renan Calheiros, o Presidente da Câmara e, ao fazê-lo, festejar esta iniciativa.

Cada um e todos nós já participamos de reuniões sobre o Pacto Federativo. Mas a história tem uma condição fantástica, que é, pelo fato de não ser nem estar pré-escrita, sempre permitir que o futuro possa ser diferente. Este é um belo momento para que esta discussão não seja apenas mais um encontro a respeito de um tema que julgamos importante.

Uma primeira coisa que precisamos assumir, de forma definitiva, como sociedade, é que discutir o Pacto

Federativo não é simplesmente debater a distribuição de receitas e despesas, obrigações e deveres entre Estados e Municípios. Precisamos discutir a prestação de serviços por parte dos entes a uma sociedade cada vez mais ansiosa e inquieta – e com grandes razões para isso.

A Amazônia talvez seja uma das mais belas sínteses do diverso. São várias Amazônias. E não é diferente com o Brasil. E, além de diverso, o Brasil é lamentavelmente desigual. Como sociedade, não temos sido inteligentes para utilizar a nossa diversidade para reduzir desigualdades. Rediscutir o Pacto Federativo é, sem dúvida, fazê-lo.

Pontos como a utilização dos depósitos judiciais e extrajudiciais por parte dos Estados, são fundamentais – e todos estamos de acordo. A desoneração de PIS/Cofins sobre o faturamento das companhias de saneamento é outro ponto em relação ao qual teríamos poucas divergências. O mesmo se dá com a redução da alíquota de Pasep para 0%. São medidas concretas, possíveis de serem rapidamente implementadas, que terão efeito sobre o equilíbrio das contas dos Estados e Municípios.

Essa urgência, porém, não pode nos afastar do debate de questões bem mais sérias, sem as quais jamais teremos uma efetiva Federação neste País. Detenho-me em algumas. A não compensação pela desoneração das exportações é, sem dúvida, uma das maiores violências à Federação. São Estados que contribuem, de forma decisiva, para o equilíbrio das contas externas do País. Não dá para aceitar que, só no ano passado, mais de R\$ 2 bilhões deixaram de ingressar nos cofres do Pará, o segundo maior saldo na balança comercial brasileira, pela desoneração das exportações. Recordo que, no primeiro ano, a compensação chegou a mais de 90% para todos os Estados brasileiros. No ano passado, não superou 5%.

Esse é um tema fundamental se quisermos repactuar a Federação, até porque, para importar, precisamos exportar. Sobre as importações é possível cobrar ICMS; sobre as exportações, não. E mais: os Estados foram obrigados a desonerar as suas exportações pela Lei Kandir, mas a União tributa as exportações.

Da mesma forma, a questão da recomposição das fontes dos fundos de participação precisa ser abordada. Como ter mais e melhor saúde, educação, segurança, transporte, esporte e lazer, sem uma rediscussão clara sobre a recomposição das fontes dos fundos de participação? Ao contrário, estamos assistindo a União fazer uma política de isenção que reduz mais ainda as fontes desses fundos.

Os governadores que me antecederam foram felizes em algumas proposições que fizeram. Mas também precisamos recompor pontos que são fundamentais para que o País possa se ver, se enxergar e funcionar efetivamente como uma Federação.

A discussão política no Senado poderá virar a página da guerra fiscal por meio da criação de fundos para desenvolvimento regional. Mas tememos que aconteça como aconteceu com a desoneração das exportações, que, inicialmente, fazia parte de um princípio que seria cumprido e honrado. Desde então, a perda líquida não compensada dos Estados foi de mais de R\$ 345 bilhões!

É dessa Federação que estamos falando. De uma Federação que não mais aceita a transferência de responsabilidades para esconder fragilidades. Saúde, educação e segurança, necessariamente, são responsabilidade dos brasileiros. E União, Estados e Municípios são apenas instrumentos formais.

Não se pode dar um tratamento único para quem tem contas equilibradas e pode realizar operações de crédito e outros que não porque a União caminhou em uma direção equivocada no que diz respeito ao seu equilíbrio.

Apesar de já ter perdido a maioria dos cabelos e a barba estar completamente branca, não perco a esperança de que este País possa ser uma Federação. E sempre, a cada reunião, tenho o sentimento de que podemos estar construindo uma nova história.

Meus parabéns ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara. Muito obrigado.



Governador Pedro Taques (Mato Grosso)

– Senhor Presidente do Senado, senhor Presidente da Câmara dos Deputados, senhores Senadores, senhores Deputados, senhores Governadores.

Qualquer técnico teria condições de fazer uma lista das nossas necessidades. Já sabemos quais são os projetos que precisam ser votados. O que falta é vontade política para que sejam votados. Somos políticos, e político tem que fazer política. Se estivéssemos em uma reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), os temas seriam os mesmos de uma lista técnica.

Como Senador, participei dos debates da última reunião de Governadores. As discussões são as mesmas da reunião de 2013 e, tenho certeza, foram as mesmas das reuniões anteriores.

O que precisamos como Governadores é entender que o Pacto Federativo não faz com que a União seja superior aos Estados. É entender que no Brasil existe uma hipertrofia da União em relação aos Estados. É entender que os Estados, na sua grande maioria, estão com dificuldades. Muitos deles, que fizeram ajustes fiscais no momento correto, em razão da não realização do ajuste fiscal por parte da União estão sofrendo essas consequências.

Dos US\$ 100 bilhões que a República Federativa do Brasil exportou em 2013, São Paulo exportou US\$ 22 bilhões, Mato Grosso exportou US\$16 bilhões. Mato Grosso teve um superávit na balança comercial de US\$ 13 bilhões. A União nos deve o repasse dos recursos do FEX e não o faz. Temos condições de debater a tarde inteira e fazer a relação de dez ou quinze projetos que são significativos.

Peço à Câmara dos Deputados e ao Senado que façam uma pauta federativa para que, quem sabe, em um mês possamos debater e votar esses projetos. Alguns deles prejudicam os Estados do Nordeste, mas beneficiam os Estados do Sul. Outros projetos beneficiam os Estados do Sudeste e prejudicam os Estados do Centro-Oeste. Se estes projetos forem votados de forma separada, divorciada, não chegaremos a um acordo, porque sabemos que São Paulo tem 70 Deputados Federais, Mato Grosso, como os Estados menores, tem oito Deputados Federais. Os Deputados Federais de São Paulo, com legitimidade, defenderão os interesses do seu povo.

Não adianta fazermos desta reunião um elenco de projetos. Temos que entender que os governadores não são submissos à Presidência da República. Temos um Pacto Federativo, não uma submissão federativa.

Peço que possamos ter uma agenda produtiva e votar os projetos que foram muito bem elencados pelos governadores que me antecederam. Em um mês é possível que votemos isso. Quando cheguei ao Senado, em 2011, fui o autor do pedido para que o Presidente Sarney criasse uma comissão para debater o Pacto Federativo. A Comissão

foi presidida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim. Esses temas foram elencados por essa comissão. Sabemos os temas, mas não podemos discutir apenas a submissão federativa, mas o Pacto Federativo.

Solicito que possamos ter essa agenda produtiva do Congresso Nacional para estes temas federativos. Muito obrigado.



Governador Marconi Perillo (Goiás)

– Senhor Presidente Renan Calheiros, senhor Presidente Eduardo Cunha, senhora Governadora, senhores Governadores, senhores Senadores e Deputados. Eu estava aqui em 2013, mas considero este encontro como o mais alvissareiro, o mais importante. Queria louvar e agradecer ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados por esta iniciativa, até porque nós, Governadores, já fizemos todos os ajustes que eram necessários, todos os cortes.

No meu Estado, por exemplo, temos hoje apenas dez secretarias, cortamos metade de todos os cargos comissionados, fizemos todos os ajustes necessários. Isso não aconteceu só com Goiás. Em Goiás vamos ter uma redução no orçamento deste ano de quase 5 bilhões, mas

medidas precisam ser tomadas.

Julgo que este momento é diferente do que aconteceu em 2013, porque eu percebo, na condução, tanto do Presidente do Senado, quanto do Presidente da Câmara, sensibilidade e vontade política para resolver as questões que interessam aos governadores e aos prefeitos, as questões que interessam à mudança no Pacto Federativo. Os Estados não suportam mais carregar praticamente sozinhos quase todas as demandas da sociedade, mas o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Eduardo Cunha conhecem as nossas demandas, têm sensibilidade. Eu não tenho dúvida de que, pela ação proativa deles, pela independência que eles estão demonstrando, vamos ter avanços muito significativos e rápidos em relação ao que estamos esperando desta reunião e das outras que já realizamos.

O ajuste fiscal federal é muito importante e nós o apoiamos, mas a dose não pode matar o paciente. Sem termos recursos para investimentos, vamos reduzir ainda mais as receitas, vamos reduzir ainda mais a atividade econômica. Por isso, corroboro as palavras do Governador Ricardo Coutinho e do Governador Geraldo Alckmin em relação a financiamentos, operações de crédito para aquecermos a economia, realizarmos investimentos e obras de interesse social, de infraestrutura e de logística.

Talvez neste encontro o que é mais importante para nós, Governadores, além de todos os temas elencados, é o apoio incondicional à PEC nº 172/2012, do Deputado Mendonça Filho.

Não se deve permitir qualquer despesa nova ou qualquer redução de receita sem que haja alguém para pagar a conta. Somente nos últimos cinco anos nós, Governadores, incrementamos 85% na folha da educação por conta do pagamento dos pisos. Os professores merecem, mas é fácil para alguém determinar que paguemos a conta, ainda que não tenhamos recursos para fazê-lo. Uma das dificuldades que enfrentamos hoje é exatamente essa.

Quero pedir a atenção do Congresso Nacional em relação à pauta da segurança pública. Um dos maiores problemas que temos hoje é a reiteração no crime, daí a necessidade de mudarmos a legislação penal. A outra é colocar o Fundo Penitenciário Nacional para cumprir a sua finalidade. Hoje R\$ 11 bilhões do Funpen estão contingenciados para a formação de superávit primário. Esse dinheiro precisa alcançar a sua finalidade, ele precisa ser utilizado para a construção de presídios, para a melhoria das penitenciárias.

É preciso também vigiar as fronteiras, criar uma legislação que obrigue uma força maior nas fronteiras para impedir a entrada de drogas e de armas contrabandeadas.

Por fim, manifesto apoio incondicional ao projeto de lei do Senador José Serra em relação aos depósitos judiciais. Queria apenas pedir que as correções fossem realizadas.

Também é importante alterar a Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996). Os Estados perderam, conforme lembrou o Governador Simão Jatene, R\$ 345 bilhões nos últimos anos. E não tivemos compensação. O Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) não foi pago no ano passado. Não há previsão de ser pago neste ano, não há compensação. Como é que vamos acreditar em algum fundo para compensar a guerra fiscal? Enfim, subscrevo o que foi colocado pelos Governadores, mas sobretudo, Presidente Renan Calheiros e Presidente Eduardo Cunha, quero dizer que eu acredito na força de vontade, na diligência e no interesse dos senhores e do Congresso Nacional em aprovar essa agenda que tanto interessa aos Governadores, aos Prefeitos e ao País.



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Governador Wellington Dias (Piauí)

– Senhor Presidente, pelo Piauí, parabéns este momento. Aqui vim junto com a nossa Vice-Governadora Margarete Coelho. Fico feliz por ter encontrado com toda a nossa Bancada: Senadora Regina Souza, Senador Elmano Ferrer, Senador Ciro Nogueira, e também por matar saudade do Senado Federal. Tenho orgulho de ter tido o privilégio de estar nas duas Casas, na Câmara e no Senado.

Apoiamos o ajuste fiscal encaminhado pela Presidenta

¹ O PLS 183/2015, do senador José Serra, foi incorporado ao texto do PLC 15/2015, do deputado Leonardo Picciani, que regulamenta a Lei Complementar 148/2014. A proposta aguarda deliberação da Câmara dos Deputados a respeito das alterações aprovadas pelos senadores.

Dilma e em fase de votação pela Câmara e pelo Senado. Estamos, nos Estados, também fazendo os nossos ajustes e os consideramos importante para a retomada do crescimento do Brasil. Mas queremos contribuir com a retomada do crescimento do Brasil.

E, nesse sentido, quero aqui, de modo bem simples e rápido, reafirmar a necessidade de os Estados tomarem seus financiamentos. Não pode haver nenhuma trava para, com base nas regras já existentes, cada Estado poder fazê-lo.

Confio que o Congresso Nacional – embora esta seja uma tarefa do Executivo – estará analisando, pela conjuntura brasileira, a meta do superávit primário, que é o argumento usado para dificultar os investimentos. É claro que tem que ser olhado do ponto de vista da União, mas também do ponto de vista dos Estados. É nesse aspecto que eu acho que o Congresso Nacional pode contribuir.

Segundo, defendo a aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 15/2015, em análise na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que altera a Resolução nº 43, que abre uma exceção para antecipação de receita na área dos royalties, gás e petróleo.

E o que se deseja? Que seja permitida, também, a cobrança do ICMS pela rede bancária, mais precisamente pelo Banco do Brasil, e que seja possível aos bancos, nesse processo de cobrança, antecipar uma receita que, na verdade, é pretérita. É uma receita que não é uma antecipação; ela já devia ter sido paga, ela já é um direito líquido e certo – líquido, pelo menos – da parte do Estado.

Então, a aprovação dessa proposta – e pedimos que seja pautada como prioridade – abre a possibilidade de os Estados e os Municípios obterem receita junto à rede bancária.

Outra proposta que considero fundamental para todo o Brasil, diante da insegurança climática que vivemos, é a PEC da Irrigação (PEC 78/2013)², uma iniciativa também apoiada pelo Governo.

Aqui, retomo outra questão: estamos apoiando a convalidação do ICMS e estamos em tratativas com o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, visando à aprovação, de preferência por meio de uma emenda à Constituição, de proposta que altere a origem e destinos do Fundo de Compensação e do Fundo de Desenvolvimento Regional. E tenho já um voto do Senador Walter Pinheiro, que eu acho que é fruto de um amplo debate.

Sobre o fundo de segurança, Senhor Deputado Eduardo Cunha, ressalto que o Deputado Júlio César, do nosso Estado, tem um projeto que trata exatamente da regulação desse fundo, como foi dito por vários governadores. Ou seja, uma participação da União, para viabilizar custeio e pessoal, como acontece hoje com a saúde, como acontece com a educação. Se a segurança é prioridade, então também que tenha essa participação por parte da União. Aliás, isso está de acordo com o

² A PEC 78/2013 foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no dia 20 de maio de 2015 e entrou na Ordem do Dia do Plenário do Senado na mesma data.

compromisso da Presidenta Dilma Rousseff no seu programa de Governo.

Apoiamos as propostas na área da saúde. Nesse aspecto, vejo como importante essa proposta do Governador Geraldo Alckmin de se rever o teto de financiamento da saúde e de se cobrar das seguradoras, enfim, dos planos as condições do reembolso daquilo que os Estados têm de despesa com seus segurados.

Defendo, Senhor Presidente, o debate sobre um tema que acho que às vezes o Brasil está com medo de tratar: previdência. Eu acho que é o mais grave problema que temos hoje, e precisamos tratar dele. Acredito que esta é a Casa adequada para tratar dele. E, é claro, também, da saúde.

Por isso, trago esse apoio à PEC 172/2012, que acho fundamental. Na verdade, não é impedir nada. O Congresso, ao criar uma despesa para os entes da Federação, deve criar a respectiva receita. Ou seja: liberdade total para o Congresso de atuar, desde que ao criar a despesa crie a receita.

Trato também de um projeto em fase de elaboração, de iniciativa da Senadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, que define um ICMS diferenciado para a chamada energia ecológica. Temos uma nova matriz que cresce no Brasil – eólica, solar, para citar dois exemplos – e, com certeza, se for destinada parte para a origem e parte para o destino, isso será um incentivador muito importante para as políticas dos Estados.

Outra proposta efetiva é a criação de um grupo de representação dos Governadores – com pelo menos um de cada região – para, numa reunião das Mesas da Câmara e do Senado, tratarmos da pauta prioritária para até 15 de julho. Acho que é importante sair daqui um grupo de trabalho com a representação dos Governadores para, junto com os presidentes, com os secretários que nos recebem, nas Mesas da Câmara e do Senado, no Colégio de Líderes, como acontece no Parlamento, podermos definir uma pauta prioritária do Brasil para daqui até 15 de julho.

Estamos tratando da pauta prioritária do Brasil para ampliar a capacidade de investimento, para garantir a nossa contribuição na retomada do crescimento do Brasil. Muito obrigado pela oportunidade.

Governador Reinaldo Azambuja (Mato Grosso do Sul)

– Cumprimento o Presidente Renan Calheiros, saudando a todos os Senadores e Senadoras. Cumprimento o Presidente Eduardo Cunha, saudando a todos os Deputados e Deputadas. Cumprimento todos os Governadores e Governadoras, e parabênzo, Presidente Renan Calheiros, pela iniciativa, pela importância dessa reunião, de termos uma pauta realmente positiva do Pacto Federativo.

Quero concordar com todas essas questões que foram colocadas pelos representantes de todas as regiões,



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Presidente, mas me ater a um ponto que acho fundamental. Primeiro, a aprovação do PLC 15/2015, que fixa realmente um novo critério de indexador das dívidas dos nossos Estados.

E só para fazer uma reflexão, o Mato Grosso do Sul, renegociou em 1998 um valor de R\$ 2,258 bilhões. Passados 16 anos, pagamos R\$ 6,72 bilhões, e devemos, hoje, para a União R\$ 7,841 bilhões. E por que disso tudo? Tivemos o reajuste da poupança, neste período, de 192% do IPCA mais 6, 347%; dos CDBs pré-fixados, 443%; da Selic, 498%; e a dívida do nosso Estado com a União foi reajustada em 589%.

Então, Presidente, a gente nota que, nesses 16 anos, houve, realmente, uma agiotagem oficial à custa do sacrifício dos nossos Estados. E o que coloco como ponto fundamental é a definição de um percentual de desembolso da receita líquida real dos estados para pagamento da dívida com a União – e agradecemos a aprovação do PLC 15/2015, que fixou parâmetros mais flexíveis aos Estados.

Alguns Estados desembolsam mensalmente 15% da sua receita corrente líquida, como é o caso do Mato Grosso do Sul. Alguns desembolsam 13%, e outros, 11% da receita corrente líquida. E teríamos condições, Senhor Presidente, de fixar um parâmetro aceitável a todos os Estados que facilitaria o fluxo, precisamos melhorar o fluxo de pagamento dos Estados. A proposta é que possamos ter, todos os Governadores, um fluxo de 9% de desembolso da nossa receita líquida real, que daria imediatamente aos Estados uma condição de atender às demandas que os Estados têm.

A redução do indexador foi importante, mas, temos que mexer no fluxo, e, principalmente, definir um percentual de desembolso igualitário.

Que Federação é esta que trata os entes federados com diferenças? Se estamos tratando de Pacto Federativo, todos os Estados deveriam pagar o mesmo percentual de desembolso da sua receita líquida real. Então, uma sugestão para essa Comissão, que foi proposta pelo Governador Wellington Dias, é tratar a questão desse fluxo, que isso daria uma condição imediata aos Estados.

Outro ponto, Senhor Presidente, que acho fundamental: a questão da reforma tributária, dessa guerra fiscal. Muitos Estados concordam em ter alíquota fixada em 4% e 7%, mas precisamos muito claramente ter uma posição sobre o fundo de compensação. Quase a unanimidade dos Governadores, hoje, aqui, reivindicaram aquilo que é direito dos Estados, que é o repasse da Lei Kandir. Infelizmente, os governos estaduais estão sendo ressarcidos pelo Governo Federal muito menos do que aquilo que é de direito dos Estados, e temos que estar sempre reclamando e solicitando esse ressarcimento.

Então, que nessa discussão da nova reforma tributária, possamos ter claramente, se possível, por meio de uma emenda constitucional, como serão os critérios. Que haja clareza no desembolso desse fundo de compensação aos Estados, porque, até agora, a reforma tributária que está sendo proposta só atinge os Estados, porque é feita no ICMS. Precisamos, também, que a União faça a sua parte, principalmente, flexibilizando PIS e Cofins, para os Estados terem um fôlego para investimento na área do saneamento, que é tão prioritária para os nossos Estados.



Governador Rui Costa (Bahia)

– Bom dia a todos e todas, antes de parabenizar o Presidente Renan Calheiros e o Presidente Eduardo Cunha por esta reunião. Quero registrar três pontos, sem ser repetitivo.

Acho que debater o Pacto Federativo não é só pontuar – também é, mas não é somente – a relação dos Estados e Municípios com o Executivo Federal. Acho que precisamos pensar também como se dá o processo de votação dos projetos na Câmara e no Senado.

Neste ano, por exemplo, já tivemos a oportunidade de estar – os Governadores do Nordeste – com o Presidente Renan. E neste ano, mesmo, foi votada uma lei que

impacta fortemente a arrecadação dos Estados, porque mexe na substituição tributária da alíquota da micro e pequena empresa. Foi votado no Senado um projeto repetido da Câmara dos Deputados.

Portanto, uma grande ajuda, que eu colocaria como a número um para os Governadores e Prefeitos, seria que a Câmara e o Senado, antes de votar qualquer projeto, pudessem dialogar com os Governadores e com os Prefeitos sobre o impacto que esses projetos vão ter na arrecadação e na despesa dos Municípios.

Estamos no mês de maio a discutir sobre o Pacto Federativo, mas há um mês e meio votamos nesta Casa algo que arrebenta a receita de muitos Estados, que foi a mudança na possibilidade da substituição tributária para a micro e a pequena empresa³.

Então, fica o pedido número um, atrevendo-me a falar em nome de todos os Governadores: que esta Casa e a Câmara dos Deputados, antes de votarem qualquer projeto, coloquem a Federação em primeiro lugar, porque muitas vezes, num debate legítimo de governo contra oposição, ou num debate legítimo de cada Parlamentar querendo atender à sua base política ou à sua base de representação, votam-se projetos que trazem despesa ou que impactam a receita dos Estados.

Se isso acontecesse, de hoje em diante, já seria uma grande ajuda para os Estados e os Municípios.

A segunda questão. A maioria dos pontos elencados por todos os Governadores são

³ O PLS 201/2013, do senador Roberto Requião, foi aprovado no dia 24/03/2015 e encaminhado à Câmara dos Deputados para análise.

consensuais. Portanto, não são pontos partidários, do partido A, B ou C. Trata-se de pontos que representam a Federação. Mas eu queria acentuar dois em particular, que é o que o povo cobra nas ruas dos Governadores.

O primeiro em relação à saúde. É preciso que o Congresso Nacional repense o modelo de financiamento da saúde pública no Brasil. Hoje, a situação é gravíssima. O Governador Geraldo Alckmin apontou uma das soluções, que é a elevação do teto. A segunda é a cobrança dos planos privados. Mas acho que precisamos ampliar o debate e que coloquemos este debate, porque a população está lotando os hospitais, carente da atenção média e complexa, e precisando de uma solução de como Estados e Municípios vão financiar a saúde.

E o último ponto que quero destacar é a questão da segurança pública. Nós entendemos que é fundamental e imprescindível haver um debate nacional sobre a segurança pública. Não é possível que o crime organizado, que o tráfico de drogas estejam a executar e a assassinar milhões e milhões de brasileiros. Isso é hoje uma questão nacional. Não se trata de uma questão mais desse Estado ou daquele Estado, e não cabe mais a comparação de onde está morrendo mais gente, se no Estado “a”, “b” ou “c”; trata-se, hoje, de ter um planejamento e uma atuação nacional para essa questão da segurança pública, que, inevitavelmente, tem que ter a participação do Governo Federal.

Eu sou defensor de um fundo nacional de segurança, de uma articulação de um conjunto das instituições federais que cuidam ou possam ter relação com a questão da segurança pública: Ministério de Direitos Humanos, Ministério da Defesa Civil, Polícia Federal. Enfim, é preciso que possamos sentar à mesa e discutir ações concretas. Que União e Estados possam enfrentar essa questão que hoje é dramática. A população brasileira clama por segurança pública, e é preciso que coloquemos isso no topo da agenda.

Finalizo, Presidente Renan Calheiros, alertando que é preciso, no debate político, compreender que a União precisa cuidar das partes, que são os Estados e Municípios, mas é preciso também compreender que o resultado de uma política macroeconômica, se bem feita ou mal feita, terá um impacto fortíssimo em Estados e Municípios.

Portanto, como gostamos de dizer na Bahia, não se trata de dizer a parte “a” ou a parte “b”; trata-se de dizer que estamos no mesmo barco, juntos e misturados, e temos que buscar, portanto, a solução para os problemas graves que afligem hoje toda a população brasileira, e destaco esses três itens que elenquei.

Obrigado, Presidente Renan! Obrigado, Presidente Eduardo Cunha!

Vice-Governador Papaléo Paes (Amapá)

— Senhor Presidente do Senado, do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, a quem agradeço pelas duas visitas que já fez neste ano ao Estado do Amapá; Senhores Governadores; Senhora Governadora; Senhores Senadores; Senhoras Senadoras; Senhores Deputados; Senhoras Deputadas; todos os presentes.

Senhor Presidente, Vossa Excelência enviou uma carta, convidando o nosso Governador Waldez Góes, para participar deste grande encontro, que nos dá a oportunidade de expor as questões regionais ou até questões específicas de cada Estado. No final do primeiro parágrafo, Vossa Excelência escreve: “A fragilidade da Federação é um problema real que nos enfraquece na medida em que praticamente tem inviabilizado o enfrentamento dos problemas que afligem a população de todo o Brasil.”

Deixo o registro do que é que significa um Estado do extremo Norte do País, como é o Amapá, um Estado jovem, criado na Constituição de 1988, e que realmente foi assumido como Estado, através de uma eleição direta, no ano de 1990. Foi-nos entregue um Estado com um gargalo energético. Tivemos dois anos de racionamento, porque praticamente a nossa então única hidrelétrica não suportava as necessidades do Estado, trabalhamos com termoeletricas, enfim, uma situação muito difícil.

A falta de regulação das nossas terras, a questão fundiária no Estado até hoje permanece. Nós estamos imobilizados para termos investidores no nosso Estado, porque a União ainda não transferiu essas terras para a propriedade do Estado do Amapá.

Outra questão, também, que mostra que esse isolamento existe é a reserva de proteção ambiental, que representa 73% do espaço físico do Amapá.

Além disso, há a transposição dos servidores, uma luta que o Estado está travando desde 1990, ou seja, há 25 anos. Parece-me que isso conseguiremos alcançar.

Vou dar um exemplo, que é gravíssimo, da situação e que diz respeito também ao Governo Federal, pois, no caso aqui, já que vivemos numa Federação, todos precisam saber que podem ser atingidos. Refiro-me à questão do Município do Oiapoque.

O Oiapoque, no extremo norte do País, que faz fronteira com a Guiana Francesa, onde existe uma ponte já construída, do lado da Guiana, e já tem toda a infraestrutura para receber a inauguração dessa ponte, do lado do Brasil, está praticamente inabitado pelas repartições do Governo do nosso Estado e do nosso País.

Há uma epidemia de dengue em São Paulo. No Oiapoque, temos mais de 1.600 casos de febre chikungunya. Estamos fazendo uma barreira epidemiológica para ver se não deixamos isso vir para o resto do País. Agora, imagine Vossa Excelência, se alcança o Estado de São Paulo, o País inteiro? Seria uma catástrofe!



O Oiapoque está sofrendo dificuldades de reservas de alimentos e outros produtos. Por quê? O DNIT, que é responsável pela manutenção e pela pavimentação da estrada que liga Macapá ao Oiapoque, praticamente não cumpriu sua tarefa. É uma obra Federal, e o Governo Federal nos esquece, lamentavelmente.

Em nome dos Estados do Norte, principalmente dos que foram transformados de Territórios a Estados, dizer que precisamos de uma atenção especial, precisamos ser olhados respeitosamente e com certa delicadeza pelos demais Estados, para que forcem realmente a União a fazer o trabalho que deve ser feito.

Senhoras e senhores, futuramente, estaremos com quatro hidrelétricas que irão exportar energia para o resto do País; é uma exportação que não nos deixa praticamente nada.

Outra questão: o nosso futuro depende da criação da Zona Franca Verde, que depende de o Governo Federal liberar nossas terras, assim como a Zona de Processamento de Exportação.

A conclusão técnica a que o Governo e técnicos chegaram é de que apoiamos as medidas para o encerramento da guerra fiscal. Mas temos uma grande dúvida, que ainda não foi sanada: onde estão ou de onde tirarão os recursos para a instituição do fundo de compensação?

Muito obrigado a todos. Fica o registro do Amapá, em nome do Governador Valdez Góes, para que possamos ser olhados não como uma região pobre, mas, sim, como uma região rica que precisa ser olhada pela sua mãe, Brasil, de uma maneira mais séria, mais honesta e mais afetuosa. Muito obrigado.

Presidente do Senado, Renan Calheiros — Antes de conceder a palavra ao Senador José Serra, eu gostaria de anunciar alguns encaminhamentos diante das colocações que já foram feitas.

O primeiro encaminhamento é que, atendendo à sugestão de alguns governadores, estamos designando dois Senadores e dois Deputados Federais. Pela Câmara, estão sendo designados Danilo Forte e André Moura, e, pelo Senado, o Senador José Serra e o Senador Romero Jucá, para que, em contato com os governadores, sobretudo com um governador de cada região, possam sistematizar esta produtiva reunião.

Segundo: amanhã, às 11h, vamos fazer uma visita ao Presidente da Câmara dos Deputados para que a gente possa, como consequência já da sistematização desses Senadores e desses Deputados, encaminhar uma pauta complementar nas duas Casas com relação a esses assuntos federativos.

Terceiro: estamos, no âmbito do Senado Federal, designando um grupo de trabalho para acompanhar o encaminhamento e a tramitação desses assuntos federativos. É um grupo, inicialmente, composto por 17 Senadores e Senadoras.

Concedo a palavra ao Senador José Serra.

Senador José Serra (PSDB-SP)

– Senhor Presidente Renan Calheiros, a quem cumprimento pela iniciativa; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que tem sido grande parceiro dos Estados e Municípios; Senhores Governadores.

O Governador Pedro Taques falou que não era mais uma questão agora de se enumerar alguns pontos. Eu vou me permitir transgredir essa sugestão do meu amigo Pedro Taques e mencionar, muito brevemente, pontos que creio que podemos fazer avançar.

Primeiro, no caso dos depósitos judiciais, o reparo que o Governador Rollemberg fez está correto. Temos de apurar a redação. É simplesmente uma correção de redação. Acredito que a Câmara vai andar muito depressa com isso, inclusive pela ênfase que o Presidente Eduardo Cunha deu.

Segundo aspecto: a questão do Pasep, que foi criado nos anos 70, se não me engano no governo Médici, e envolvia uma contribuição de todos os servidores, que teriam um retorno disso. Isso acabou. O Pasep perdeu a sua função, mas continua tributando os Estados e Municípios.

Há um projeto de lei do Senador Aloysio Nunes, que foi relatado pelo Senador Cássio Cunha Lima na CCJ do Senado, no passado, mas ficou pendente de análise na Comissão de Assuntos Econômicos. Precisariamos desenterrar isso. O Pasep suporia – não extinguir, porque, para isso, teria que se mexer na Constituição – reduzir a alíquota a 0%. Isso significaria R\$ 4 bilhões a mais por ano para Estados e Municípios.

Creio que podemos fazer isso com muita rapidez. O projeto já tramitou em parte no Senado e tenho certeza de que assim será na Câmara.

Uma terceira, a respeito do saneamento. Há um projeto de lei de minha autoria, que obriga a que a receita do PIS e da Cofins gerada no setor de saneamento seja reinvestida no saneamento. Isso já foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, deve ser aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e logo irá para a Câmara, onde há iniciativas, já que incentivei alguns Deputados a trabalharem na mesma direção.

Isso significará, por ano, de investimentos a mais em saneamento, algo da ordem de R\$ 12 bilhões. É significativo, porque corresponde, no total, a elevar em 30% os investimentos em saneamento por parte de Estados e Municípios, que têm suas empresas.

Outra questão diz respeito ao SUS. Essa é a área mais crítica hoje em dia. O Governo Federal tem – isso é uma estimativa – R\$ 7 bilhões, de repasses regulares do SUS aos Estados e Municípios atrasados. Creio que deveríamos aprovar um projeto de lei penalizando seriamente os atrasos no caso da área da saúde.



Em princípio, todos deveriam ser penalizados, mas o caso da saúde é especialmente dramático, porque o dado que foi apresentado por um dos governadores é verídico. O Governo Federal hoje cobre não mais do que 43%, 44% das despesas do SUS. Em 2002, cobria 53%. Agora, apesar disso, de orçamentariamente ter diminuído sua participação, está encolhendo os repasses. Calculo que seja da ordem de R\$ 7 ou R\$ 8 bilhões por ano.

Temos que aprovar um projeto de lei – e queria fazer esse pedido, inclusive aos Senadores e Deputados – que penalize, que criminalize isso. Se obter financiamento das instituições estatais sem respaldo legal, como é o caso famoso dessas pedaladas, é crime, por que atrasar repasse da saúde não o é? Essa é uma questão vital, e temos que nos debruçar sobre um projeto nessa direção.

O outro é a questão da Lei Kandir. O Governador Jatene falou dramaticamente sobre o assunto e ele tem razão. O Governo Federal não paga R\$ 2 bilhões por ano, apesar de ter que fazê-lo legalmente. Temos que encontrar maneira de punir, de obrigar que isso seja feito. Isso atinge os Estados, inclusive, que mais exportam matérias primas e produtos primários. Não atinge homogeneamente todos os Estados, mas alguns dos mais carentes. O Pará é um deles, mas há vários outros.

Outra questão que parece consensual é a proposta do Deputado Mendonça Filho (PEC 172/12). Não é mais possível criar programas e passar os encargos para Estados e Municípios. O caso típico foi o piso salarial dos professores, acompanhada do aumento da hora-atividade, ou seja, hora que o professor não dá aula, fixada em um mínimo de 25% da carga horária, ou seja, 10 horas por mês, num regime de 40 horas. Estados e Municípios tiveram que contratar mais. Jogaram os encargos nas costas dos Estados. Então, essa emenda constitucional do Deputado Mendonça Filho é essencial.

Por último, queria mencionar a questão a que o Governador Alckmin fez referência, que não é propriamente financeira, mas é na área da descentralização e da melhor alocação do gasto.

Essa Comissão, de que tomei conhecimento agora nesta reunião, inclusive deveria se debruçar também sobre medidas de descentralização que simplifiquem as coisas, que tornem mais eficiente ou menos ineficiente a distribuição de funções, de tarefas entre Governo Federal, Estados e Municípios. Por enquanto, os Estados e Municípios só recebem, de fato, encargos.

Claro que o cobertor é curto, estamos numa situação de falta de recursos para todo mundo, mas não posso deixar de mencionar que o custo do aumento de juros, de dezembro para cá, é da ordem de R\$ 35 bilhões.

Esse aumento de juros sem nenhum sentido, feito há duas semanas, de meio ponto, custa R\$ 7,5 bilhões, quer dizer, duas vezes a receita que viria do não pagamento do Pasep. Ou seja, o cobertor tem que ser curto para todo mundo, não pode ser só para Estados, Municípios, para a própria União, e não ser para o sistema financeiro. Está levando inclusive o déficit agregado do País a crescer. Este ano vamos caminhar para 8% do PIB. É uma estratégia de autoderrota dentro deste processo, e eu creio que os

governadores devem estar atentos para esse tipo de questão da mesma maneira que a direção do Senado e da Câmara.

Só para concluir, o seguinte: temos oportunidades para muita mudança legislativa boa. Desde que eu acompanho a vida do Congresso, de quando fui Deputado, desde a Constituinte até hoje, o Congresso Nacional nunca foi tão forte quanto agora. Nunca teve a capacidade que tem agora de criar situações e de tocar adiante medidas importantes.

Vamos ter consciência disso e vamos trabalhar nesta direção. A crise traz muitos prejuízos, mas paradoxalmente fortaleceu o Congresso Nacional. Então, vamos usar esse fortalecimento em benefício do nosso País, do nosso desenvolvimento. Muito obrigado.



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Deputado Danilo Forte (PMDB-CE)

– Surge um momento novo, em que os entes federados se reúnem no Congresso Nacional numa esperança de que a mudança possa se transformar em benefício da cidadania, que é o que tem fraquejado no Brasil e tem feito com que a população vá às ruas cobrar dos gestores e dos políticos, contra a estagnação, a falta de oportunidade e de qualidade dos serviços públicos.

Quero parabenizar o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que têm sensibilidade e que estão aproximando o Congresso Nacional da pauta da rua, do sentimento da população, trazendo debates que, muitas vezes, os políticos se acovardavam em tratar, porque criavam uma competição, uma disputa entre poderes. E o Poder Legislativo, fraquejado nessa relação, não tinha autonomia necessária para fazer esse enfrentamento.

Este é um novo momento, em que temos uma oportunidade com a pauta aqui traçada. Louvo uma iniciativa simples levantada pelo Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, com relação à cobrança da prestação do atendimento nos sistemas públicos sejam municipais, sejam estaduais, das operadoras de saúde.

Em 2010, eu era do Comitê Gestor do Ministério da Saúde. Fizemos um levantamento, junto com o Ministro José Gomes Temporão. Naquela época, os planos de saúde deixavam de pagar R\$ 2 bilhões de reais pelos serviços prestados pelo sistema público de saúde no País aos seus segurados. Descentralizando a cobrança, será muito mais fácil cobrar esses recursos, que hoje correspondem a quase 0,5% do Fundo de Participação dos Municípios, cuja primeira parcela vai ser paga em 15 de junho, algo em torno de R\$ 3,6 bilhões que serão distribuídos aos Municípios brasileiros.

Esta reafirmação do Congresso Nacional é uma nova forma, inclusive, de fazer política neste momento novo que o Brasil vive. O nosso relator, Deputado André Moura,

junto comigo, tem construído no diálogo com os diversos segmentos municipais, estaduais e acadêmicos uma pauta capaz de simplificar, dentro de cada eixo – educação, saúde e segurança etc. – as prioridades. E, junto com as prioridades, aquilo que o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, coloca: temos obrigações e, junto com elas, é imperioso haver formas de financiá-las, para garantir uma boa qualidade desse serviço, que é o que o povo brasileiro espera.

Parabéns, Presidente Renan; parabéns Presidente Eduardo, pela construção de um novo Pacto Federativo, de um novo Brasil e de um Congresso afirmativo como o povo brasileiro quer!



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)

– Senhor Presidente Renan Calheiros, senhor Presidente Eduardo Cunha, senhoras Senadoras, senhores Senadores. De tudo que eu ouvi, penso que existem medidas urgentes para serem tomadas. Mas penso, também, que não vamos resolver o problema do Brasil fazendo só o urgente.

Precisamos nos perguntar: qual o Brasil que queremos para os próximos 20 anos? Que Brasil queremos construir? Quanto custa a construção deste Brasil em 20 anos? E quem paga essa conta?

O que foi colocado aqui resolve o urgente, é paliativo, mas não vai resolver o problema do Brasil em médio e longo prazo. Não vai resolver o problema do caixa dos

governos dos Estados e das prefeituras em médio e longo prazo. Esse grupo de trabalho sugerido pelo Governador Wellington Dias e os encaminhamentos feitos pelo Senador Renan Calheiros são importantes, mas poderíamos pensar em reestruturar nosso Pacto de Nação, construindo uma agenda que levasse a pontos urgentes, mas que também pensasse por aspectos importantes de longo prazo.

Durante longo período neste País, alguns ganharam muito. Esses têm que ser chamados para participar do financiamento deste Brasil que precisamos construir, para que a gente tenha definitivamente os problemas da saúde, da educação, da segurança resolvidos. Para que não existam iniciativas de urgência, de emergência para tentar resolver um problema que não vai ser resolvido a não ser naquele momento e, depois, não ter continuidade.

Precisamos pensar além das medidas de emergência, pensar nas medidas estruturantes para que o País encontre o rumo do desenvolvimento sustentado de médio e longo prazos, sabendo qual a fonte vai pagar a conta. Não dá para atribuir a solução aos governadores, aos prefeitos ou à União sem a gente pensar, em longo prazo, o que precisa ser feito. Muito obrigado!

Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha – Este debate foi muito importante. As decisões estão sendo anunciadas. Muitas das sugestões práticas as boas ideias que colhemos aqui serão implementadas. E mais do que a nossa intenção de

cumprir, as palavras do Governador Pedro Taques foram muito importantes porque ele definiu o que estamos dispostos a fazer, que é ter vontade política de tocar a agenda para o Pacto Federativo.

Essa vontade terão todos da Câmara dos Deputados e, com certeza, do Senado Federal, para que possamos levar isso adiante. Muito obrigado a todos vocês!

Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros – Mais uma vez, quero agradecer a presença de todos, especialmente a dos governadores. Muito obrigado pela participação, pelas intervenções, pelas sugestões, pelas propostas.

A exemplo do que fez o Presidente da Câmara, agradeço ao Governador Pedro Taques, que fez um encaminhamento de acordo com a produtividade que esta reunião buscou.

Assim, estamos designando o Senador José Serra e o Senador Romero Jucá para que, ainda hoje, em contato com os governadores, ou pelo menos com um governador de cada região, possamos detalhar absolutamente tudo que discutimos.

Amanhã, às 11h, farei uma visita ao Presidente da Câmara dos Deputados para que a gente possa conversar sobre essa agenda federativa que deverá complementarmente ser apreciada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Alguns pontos poderão ser votados prioritariamente na Câmara dos Deputados e outros no Senado Federal. E isso, complementarmente, vai ajudar a agilizar a tramitação das propostas.

Por fim, quero comunicar aos Senadores e às Senadoras que estamos designando um grupo de trabalho para fazer um permanente acompanhamento da tramitação, da sugestão, da descentralização, da desburocratização de todas essas coisas que distorcem o nosso Pacto Federativo.

No momento em que lhes agradeço, quero dizer aos Governadores, que mais que a obrigação do Legislativo, esse é o nosso dever, do qual não vamos jamais nos eximir. Muito obrigado a todos!

PACTO FEDERATIVO

Encontro com Governadores



Governadores e representantes dos 26 Estados e do Distrito Federal presentes

Governador do Acre, Tião Viana

Governador de Alagoas, Renan Filho

Governador do Amazonas, José Melo de Oliveira

Governador da Bahia, Rui Costa

Governador do Ceará, Camilo Santana

Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg

Governador de Goiás, Marconi Perillo

Governador do Maranhão, Flávio Dino

Governador do Mato Grosso, Pedro Taques

Governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja

Governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel

Governador do Estado do Pará, Simão Jatene

Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho

Governador do Paraná, Beto Richa

Governador de Pernambuco, Paulo Câmara

Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias

Governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori

Governador de Rondônia, Confúcio Moura

Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos

Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo

Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin

Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto

Governador do Estado de Tocantins, Marcelo Miranda

Vice-Governador do Estado do Amapá, Papaléo Paes

Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Fábio Veras Dantas

Vice-Governador do Espírito Santo, César Colnago

Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, representando o Governador, Julio Bueno



SENADO FEDERAL

